escola de gestores
da educação básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DR. VIRIATO MASCARENHAS GONZAGA

ADRIANE CÁSSIA IRENO DE ARAÙJO

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DR. VIRIATO MASCARENHAS GONZAGA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Andrea de Souza Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DR. VIRIATO MASCARENHAS GONZAGA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ___ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

_____

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

_____

Prof. Andrea de Souza Boy – Orientadora

_____

Adriane Cássia Ireno de Araújo – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos alunos das Escolas Viriato Mascarenhas Gonzaga e Ruth de Figueiredo Barata, que estarão sempre presentes em minha vida, me impulsionando em busca de novos conhecimentos.

À minha família que me apoiou incessantemente durante a trajetória dos estudos, com paciência e dedicação.

Às minhas queridas amigas gestoras e professoras que acompanharam e fizeram parte deste trabalho com muita dignidade, respeito e esforço na garantia de uma educação de qualidade.

Aos professores da UFMG, por fazer parte dessa caminhada ampliando meus conhecimentos especialmente dedico a Andréa de Sousa Boy, Jussara Bueno Paschoalino, Eliandra da Costa Mendes, Jorge Ribeiro da Silva: equipe que me fez crescer e acreditar que podemos avançar cada vez mais na construção de uma escola democrática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e a todos que contribuíram para a elaboração deste TCC: alunos, professores, gestores, amigos, equipe de professores e coordenadores da UFMG.

EPÍGRAFE

A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa refletir a realidade, mas iluminá-la criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo seus significados.

M. H. Abrams, in Dilvo Ristoff,1995

RESUMO

O Presente trabalho apresenta um artigo de pesquisa bibliográfico que tem por finalidade conhecer o processo da avaliação no contexto da gestão democrática da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga. Destacam-se, neste trabalho, os seguintes objetivos: mostrar a importância de uma boa gestão escolar no contexto da avaliação, baseada na gestão democrática e participativa de acordo com a LDB/9394/96; conhecer as dimensões do avaliar no âmbito escolar; conhecer os aspectos legais que envolvem a gestão democrática e destacar o contexto da avaliação no cotidiano da escola através do Projeto Político Pedagógico Buscou-se retratar as dificuldades encontradas pelo gestor no processo da avaliação na equalização educacional. Nota-se que gerir pessoas não é uma questão simples e que no campo educacional a questão avaliativa ainda necessita de coragem e mudança de paradigmas para a participação de todos.

Palavras-chave: escola, gestão democrática, avaliação, equipe.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1.1 O avaliar na Educação Escolar.....9
1.2 A gestão democrática e a avaliação: participação de todos..... 12
1.3 O gestor democrático e suas atribuições no processo da avaliação.....15

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....19
REFERÊNCIAS.....21
ANEXO Projeto Político Pedagógico 22

INTRODUÇÃO

Frequentemente nos defrontarmos com situações que refletem a falta de uma boa gestão democrática nas escolas com ênfase na avaliação. Encontramos gestores que têm dificuldades para administrar as instituições, através da participação efetiva de todos na organização escolar, da tomada de decisão coletiva frente às dimensões do espaço escolar. Neste sentido, fazer a análise do Projeto Político Pedagógico traz contribuições relevantes para os desafios contemporâneos da gestão escolar, ao pressupor que as dificuldades de gerir democraticamente para uma avaliação libertadora não podem ser colocadas como obstáculos intransponíveis.

Portanto, este trabalho tem como tema a Gestão Democrática e destaca o título "Avaliação no contexto da gestão democrática na Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga"; tendo como objetivo geral mostrar a importância de uma boa gestão escolar no contexto da avaliação, baseada na gestão democrática e participativa de acordo com a LDB/9394/96. São objetivos específicos deste trabalho: conhecer as dimensões do avaliar no âmbito escolar; conhecer os aspectos legais que envolvem a gestão democrática e destacar o contexto da avaliação no cotidiano da escola através do Projeto Político Pedagógico.

Tratar deste assunto nasceu da percepção que se tem da sociedade contemporânea, mediante os anseios de alunos e educadores, confrontados aos novos desafios do mundo globalizado, que exige novas formas de administrar, organizar e se adequar às novas tendências do processo avaliativo bem como sua gestão.

1.1 O AVALIAR NA EDUCAÇÂO ESCOLAR

Inicialmente, este texto apresenta a questão do conceito e os desafios do processo da avaliação como processo democrático da aprendizagem devendo a mesma estar vinculada a uma prática libertadora e possibilitar uma tomada de decisão sobre o fazer pedagógico, ou seja, a avaliação está presente na gestão democrática.

> Avaliar é indispensável em toda atividade humana e, portanto, em qualquer proposta de educação.(...) A avaliação é inerente e imprescindível, durante todo processo educativo que se realize em um constante trabalho de ação-reflexão-ação, porque "educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente' (GADOTTI,1984,p .90).

Avaliar significa acompanhar e reorganizar o processo ensino-aprendizagem através de uma avaliação inicial, para o planejamento do professor, e uma no final para o resultado de uma etapa de trabalho; podendo o educador usar diferentes instrumentos.

A ênfase da avaliação deve ser centrada no processo – como o aluno aprende – e não no produto final.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento, segundo Luckesi (1998), e deve avaliar a qualidade do objeto, fator que implica numa tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo; buscando sempre instrumentos democráticos e que tenham a preocupação com o processo ensino-aprendizagem e a expectativa do educando.

A avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo, pois a mesma deve respeitar os diferentes alunos que compõem uma sala de aula e seus processos de assimilação. E assim se faz necessário refletir e questionar sobre o papel da avaliação na educação.

> A escola não pode continuar trabalhando com verdades absolutas e acabadas, inclusive no que diz respeito ao tema avaliação. Precisa

> investigar, indagar, a todo instante o seu labor, sua ação educativa. (RABELO, 1998, p.11-12)

Destaca-se, como importante no processo avaliativo e no desenvolvimento da aprendizagem, que gestores, professores, estudantes e professores e pais sejam igualmente responsáveis; sendo assim um esforço de todos pelo sucesso da aprendizagem escolar.

Sendo assim o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo ou, seja da escola como um todo. Afinal, a aprendizagem se dá em um processo de construção, sendo de forma coletiva, individual e recíproca. Portanto, o ato de avaliar , não se destina a um julgamento definitivo sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois não é um ato seletivo.

Como salienta LUCKESI (1997), ao dizer que a avaliação neste contexto, não poderá ser uma ação mecânica, ao contrário, terá de ser uma atividade racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório a favor de competência de todos para a participação democrática da vida social.

Ao professor, cabe o papel de utilizar diferentes instrumentos e processos da avaliação, como: observar o processo, coletar e registrar dados, verificar como o aluno aprende e suas necessidades de intervenção. Assim, o ato avaliativo passa a ser um desafio e um grande caminho para situações didáticas e de investigação para a construção coletiva do conhecimento e da relação professor e aluno.

Ao avaliar, o educador deve ser maestro ao conhecer e usar os instrumentos disponíveis para avaliar para existir uma harmonia no desenvolvimento ensino-aprendizagem. Enfim,

> (...) tornar a avaliação" centrada em como o aluno aprende "e em todas essas dimensões da construção do conhecimento requer que esta ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como é habitual. Isso possibilita ajustes constantes, num mecanismo de regulação do processo de ensino aprendizagem, que contribui para que a tarefa educativa tenha sucesso (PCNs, 1997, p.81).

Portanto, avaliar não é somente o fechamento de etapas do trabalho, é muito mais; deverá ser um mecanismo de regulação do processo ensino-aprendizagem que contribua para o sucesso do erro e do acerto e da prática educativa. Destacando que ao avaliar, a escola determina sua concepção de ser humano, de valores e de cultura.

Cabe ao educador efetivar a dimensão pedagógica da avaliação formativa: num processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação da cidadania consciente e participativa.

É a partir da concepção de ensino-aprendizagem, da relação pedagógica que se estabelece, das orientações da prática educativa, e do entendimento da função avaliativa no processo de ensino que se torna possível delinear procedimentos de avaliação capazes de informar sobre os processos de aprendizagem que ocorre na trajetória da escolaridade do aluno.

Na avaliação formativa nenhum instrumento pode ser descrito como prioritário ou adotado como modelo. A diversidade é que vai possibilitar ao professor obter mais e melhores informações sobre o trabalho em classe. Os instrumentos devem contemplar as diferentes características dos estudantes. Qualquer que seja o instrumento que adote, o educador deve ter claro se ele é relevante para compreender o processo de aprendizagem da turma e mostrar caminhos para uma intervenção visando sua melhoria. Afinal, deve avaliar para ensinar melhor e formar educandos mais críticos e participativos.

> Uma proposta pedagógica como um todo, incluindo a avaliação, deveria ter como objetivo desenvolver a autonomia do aluno, que é indissociavelmente social, moral e intelectual. Assim sendo, estaremos contribuindo para o pleno desenvolvimento da criança enquanto cidadão; favorecendo o crescimento da sua capacidade de se organizar de forma participativa, em um grupo social. Para isso, devemos considerar em um processo de avaliação também a sua participação, a sua disciplina, o seu interesse, o seu compromisso e a sua organização no seu espaço e no espaço do outro (RABELO, 2001, p. 23).

Assim, deve ser a avaliação formativa: centrada no aluno e em como o aluno aprende. Enfim, a avaliação formativa é uma avaliação contínua do processo ensino-aprendizagem que busca fortalecer a relação professor e aluno na construção de

conhecimentos e de parcerias para a formação de sujeitos capazes de transformar a sociedade e atuarem nela com autonomia. O “como” avaliar relaciona-se à concepção de ensino e de aprendizagem aos objetivos e ás metodologias de trabalho utilizadas na sala de aula. A metodologia de ensino contém a forma de avaliar, como também, a maneira de avaliar determina a metodologia.

1.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A AVALIAÇÃO: participação de todos

Dando continuidade, este texto trata das questões que devem estar presentes no cotidiano da escola para a real junção entre o que está escrito no Projeto Político Pedagógico e a execução, pois o planejamento para avaliar é responsabilidade de todos da escola.

Assim, na prática cotidiana atual o processo de planejamento tem se constituído uma tarefa burocrática e sem sentido, representando, muitas vezes apenas um documento a mais para o arquivo do coordenador. O planejamento do ensino tem se apresentado desvinculado da realidade social, caracterizando-se como uma ação mecânica e burocrática do professor, pouco contribuindo para elevar a qualidade de ação pedagógica desenvolvida no âmbito escolar; refletindo assim numa postura nada democrática presente também na gestão.

O que ocorre na realidade é que a uma separação entre a concepção e a execução real, negam-se esses pressupostos teóricos. O que acontece dentro do planejamento e entre sua prática e concepção e alienação dentro da própria educação reproduzida também dentro do modelo social vigente de ensino.

> Os professores participam pouco ou nada da concepção e elaboração do processo de trabalho que irão desenvolver com seus alunos. Acompanhando a lógica do sistema a divisão do trabalho se substancia em grupos que executam. Aos gestores é reservada a tarefa de planejamento e

> controle do processo de ensino, aos professores, cabe a tarefa de executar o que foi planejado (OLIVIER, 1985, p. 34).

O planejamento é mal estruturado porque ele é feito sem a ajuda do professor e muitas vezes não está de acordo com a realidade dos alunos. Ele reproduz o próprio modelo da sociedade, separa a concepção da execução, o pensar do fazer e a escola reproduzem no interior da sua organização curricular. Trata-se de um planejamento técnico, estático e formal, que não considera os fatores sócio-político-econômicos da realidade escolar que condicionam o processo pedagógico.

A metodologia utilizada pelo professor observa que esta tem se caracterizado pela predominância de atividades transmissoras de conhecimento com pouco ou nenhum espaço para discussão e análise crítica dos conteúdos. Os planos de ensino tem se dado de maneira fragmentada e desarticulada do todo social e tem também contribuído, ou seja, gerado a concepção de planejamento incapaz de dinamizar e facilitar o trabalho didático; favorecendo um currículo formal e um discurso dominante bem como disciplinas e programas ensino e livros didáticos.

> Se professores e alunos exercessem o poder de produzir novos conhecimentos a partir dos conteúdos impostos pelos currículos escolares estariam de fato consolidando seu poder de contribuir para a transformação da sociedade (FREIRE, 1987, p. 45).

O planejamento curricular constitui instrumento importante e necessário como referencial para a condução da atividade escolar.

O currículo como ciência crítica favorece para a emancipação e humanização do homem. Ele trabalha questões éticas; políticas e sociais e não só as questões técnicas e instrumentais. Trás a visão de homem concreta situada no seu tempo e não como uma abstração teórica.

> O planejamento escolar nos três níveis pedagógico curricular e do ensino deveria ser uma ação coletiva da escola e dos grupos de professores, organizados no geral e pelas suas áreas específicas de trabalho, uma instituição escolar terá de organizar-se para que os educadores possam ter

> um caminho relativamente claro e coerente para guiar-se nos seus processos de aprendizagem em educação (LUCKESI, 1997, p 47).

Dessa forma o planejamento nunca será neutro, mas dotado de significado. Planejamento e avaliação são práticas indissociáveis. O planejamento dimensiona o que vai construir e a avaliação subsidia essa construção porque fundamenta novas decisões.

> Quando se planeja as ações para atingir alvo e metas precisa-se saber se estas metas e alvos estão sendo atingidos e a avaliação te da a visão da complexidade e melhores estratégicas de ação e instrumentos adequados para conduzir a situação e alcançar os objetivos do planejamento (SANT'ANNA, 1995, p, 24)

A participação de todos os profissionais da área educacional e no planejamento educacional, curricular e de ensino levando em conta o interesse e a realidade dos alunos. O planejamento desta forma assume sua dimensão não só política, mas social, psicológica cultural subsidiada por uma avaliação, significativa, informativa e cumpre o verdadeiro significado, assumindo sua função orientadora do processo ensino aprendizagem. Evita a fragmentação do processo avaliativo e também do próprio planejamento que não se torna neutro.

No processo educacional onde o gestor tem uma participação efetivamente democrática favorece a reflexão e o senso crítico de gestão crítica e participativa. Assim, numa gestão democrática, uma escola que planeja e executa propostas coletivas e participativas realmente expressa sua maior conquista: a autonomia.

> Quando cumpre a educação sua função integrativa, buscam tornar as pessoas semelhantes em idéias, valores, linguagem, ajustamento intelectual e social. Unifica e da coesão ao grupo. Em função diferenciada, no entanto, visam a salientar as diferenças individuais, preparar as pessoas segundo suas competências particulares, formando-as para profissões e atividades específicas (SANT'ANNA, 1995, p. 37).

A educação atual necessita de uma proposta curricular que atenda as características da criança, as suas potencialidades e necessidades específicas que favoreçam a sua inserção crítica na sociedade no aspecto psicológico.

1.3 O GESTOR DEMOCRÁTICO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO PROCESSO DA AVALIAÇÃO

O indicativo da educação como equalização social favoreceu e atribuiu ao processo de avaliação um grau maior de importância. Um planejamento dirigido para uma ação pedagógica crítica e transformadora possibilita ao professor maior segurança para lidar com relação educativa que ocorre na sala de aula e na organização escolar como um todo. Os conteúdos e a metodologia contextualizada, criativa e de forma diversificada dará mais credibilidade ao ensino-aprendizagem.

> Importa que a prática de planejar em todos os níveis educacionais curriculares e de ensino - ganha a dimensão de decisão política, científica técnica. É preciso que ultrapasse a dimensão técnica, integrando-a numa dimensão político-social (LUCKESI,1997, p. 56).

Gandim (1983) considera o planejamento participativo como um processo educativo fundamental, pois à medida que os professores, nessa relação de trabalho discutem e refletem e questionam o fenômeno educativo e suas implicações; o currículo, o objetivo, o conteúdo, a metodologia e a avaliação; estes se conscientizam de problemas coletivos comuns, produzindo novos conhecimentos importantes para a prática pedagógica. Professor, aluno e instituição agem e interagem em torno daquilo que é fundamental na educação escolar: o conhecimento.

Para uma escola bem estruturada democrática e solidária crítica e criativa faz-se necessário um currículo flexível diversificado, descentralizado e aberto, pois ele é um poderoso instrumento ideológico e poderoso instrumento de reconstrução social.

Portanto, uma gestão democrática tem uma acepção dinâmica: as propostas curriculares coerentes com os ideais de justiça e democracia tornam o currículo flexível, possibilitando um planejamento integrado e participativo e a avaliação diagnóstica orientadora e significativa do processo ensino aprendizagem. Felizmente, esta preocupação sente-se presente no Projeto Político Pedagógico da Escola Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga,

> (...) Assumir um caráter processual, formativo e participativo; ser contínua, cumulativa e diagnóstica; utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos; fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos; assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo (PPP, 2012)

Nota-se, porém, que o Projeto Político Pedagógico da escola Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga (CAIC) mantém ainda uma avaliação com caráter classificatório ao usar as provas e notas apenas como um dos instrumentos mais importantes para aprovar e/ou reprovar: Apesar de verificar que são utilizados outros instrumentos para medir o conhecimento - *Durante o bimestre são utilizados vários instrumentos de avaliação: debates, pesquisas, provas escritas, observações – PPP, 2012*), mas a prova continua sendo o instrumento mais importante para efetivar o processo da aprendizagem, principalmente quando este não alcança a média proposta.

> Esta avaliação terá a valor de (25,0 pontos) e será aplicada para o aluno que não alcançar a média proposta (13,0 pontos), após o fechamento do bimestre. Sendo que, se o resultado obtido estiver compreendido entre 0 e 12,0 pontos, registra-se exatamente a nota que for maior, alcançada pelo aluno. Se a nota compreender de 13,0 a 25,0 pontos, registra-se a média (13,0 pontos). A avaliação de recuperação ficará arquivada na escola (PPP, 2012).

Então, o gestor democrático deve perceber a razão do existir da escola enquanto instituição voltada ao aprendizado: os seus alunos. Sendo assim, a gestão de uma escola deve ir ao encontro dos anseios coletivos, visando desenvolver o potencial cognitivo de seus educandos e os preparando para serem os agentes na construção de uma sociedade mais qualificada e justa para todos. Afinal,

> Avaliar significa emitir um juízo de valor a realidade que se questiona seja a propósito da exigência de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas consequências (PCNs, 1997, p. 86).

É necessário que o gestor não se abstenha ao fato de que seu papel como mediador no processo educacional será decisivo na vida dos alunos, seja de forma positiva ou negativa, pois a escola é co-participante no sucesso ou no fracasso da vida dos seus alunos.

É também papel do gestor trabalhar no sentido de evitar e combater a evasão escolar, ampliando as oportunidades educacionais, incentivando assim a permanência do aluno no sistema de ensino, pois o gestor é o responsável pela administração e política realizada dentro de uma instituição de ensino. Assim, a escola Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga através de seu PPP estabelece fazeres para mediar a aprendizagem e impedir e combater a evasão,

> A escola deve garantir, no ano em curso, estratégias intervenção pedagógica, para atendimento dos alunos que, após todas as ações de ensino-aprendizagem e oportunidades que ainda apresentarem deficiências em capacidades ou habilidades no (s) Componente(s) Curricular(es) do ano interior; avaliação final para os alunos que não conseguirem o mínimo de 50 pontos para aprovação. O período será previsto no calendário escolar com estudos presenciais compreendido no valor de 100,0 pontos divididos em: 80 pontos de avaliação e um trabalho no valor de 20 pontos (PPP, 2013).

Assim, o gestor deverá saber que estará á frente de um processo complexo de administração exigido pela nova escola, e que nesta condição ele deverá buscar incansavelmente ser um profissional cada vez mais preparado para o cargo, apropriando-se do conhecimento e da capacidade de liderança. Tendo como principal instrumento de trabalho a ética, a dedicação no cumprimento das leis, e o

“olhar humano” para com o seu semelhante, desenvolvendo ações voltadas à efetiva formação do aluno como cidadão consciente dos seus direitos e deveres, e preparado para atuar socialmente no país.

O gestor deve compreender que sua postura deverá ser sempre a de um líder educacional e que suas ações influenciarão diretamente no comportamento educacional da escola da sua gestão. Caberá ao gestor trabalhar para merecer a confiança dos seus colaboradores, buscando ser para os mesmos a fonte de inspiração, incentivo de que precisarão para desenvolver um trabalho de qualidade,

Um bom gestor precisa desenvolver seu trabalho, compreendendo que sua função é ser antes de tudo, um viabilizador de possibilidades e mudança na sociedade e na vida dos seus educandos, atuando de forma solidária e buscando a interação plena e efetiva com a escola, a sociedade e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos os gestores têm se deparado com profundas alterações nos padrões de trabalho decorrentes dos impactos relacionados à exclusão social, tornando-se assim, urgente a necessidade de se repensar sobre novos paradigmas, como intuito de mobilizar mudanças no contexto educacional. Em destaque, neste trabalho, o paradigma da avaliação.

Percebe-se que esse modelo de gestão escolar autoritário, tornou-se ultrapassado e retrógrado, indo de inconformidade aos anseios sociais e democráticos defendido pelas novas “leis progressistas”. Nota-se, assim, que a gestão democrática deve discutir sempre o processo de avaliar: avaliar o que? Para que e quem?

A instituição escolar deverá buscar pela autonomia ao gerir. O gestor precisa ter conhecimentos administrativos, teóricos e sociais sobre a sociedade em que está inserido, seus valores e suas vivências para atender às necessidades do seu educando, podendo assim contribuir para uma educação de qualidade.

Assim, nota-se que para o gestor democrático da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga há de enfrentar desafios para a democratização do processo de avaliar; buscando continuamente o aprendizado, estar avaliando sempre o desempenho da escola, para rever suas metas e mudá-las a fim de melhorar sua gestão.

Para que a escola tenha uma gestão eficiente, baseada na democracia e participação, é necessário que ela tenha planejamento, organização, direção e controle, mas, acima de tudo é vital que o gestor tenha uma concepção de que, a escola da sua administração além de trabalhar as disciplinas, deve preparar seu aluno para atuar enquanto cidadão no processo social no qual está inserido. Afinal, cabe ao gestor empreendedor ser otimista e voltado para a equipe bem como acreditar na educação e no trabalho com instrumentos de integração e promoção da vida humana bem efetivar a construção de um Projeto Político Pedagógico justo e com a participação de todos.

Assim, sabe-se que a avaliação tem representado um dos grandes desafios da escola atualmente, cabendo a mesma, ser um local de interação de pessoas com

diferenciados níveis de aprendizagem e seus variantes: social, emocional, cultural, histórico, político; enfim todos os aspectos que constitui o ser. Dessa forma a escola deve ser um espaço de convivência democrática que busque promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral de seus alunos. Para que isso ocorra é necessário que a equipe escolar liderada por uma gestão democrática, deve perceber como se dão as relações entre desenvolvimento e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Elza Vidal; MATOS, Maria do Carmo. **Reflexões sobre a prática pedagógica/Secretaria de Estado da Educação**. Belo Horizonte, SEE/MG, 1997, 80p.

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: experiências e desafios. **Revista Brasileira de políticas e gestão da educação**, ANPAE, São Bernardo do Campo, v. 18, nº 2, p. 163-174, Jul/dez. 2002.

GADOTTI, M. ***Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.*** São Paulo: Cortez, 1984.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo. Edição Loyola, 1983.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação. Mito & desafio**. Uma perspectiva construtiva. 4ª ed. São Paulo, educação e realidade, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**, 3ºed. São Paulo; Cortez, 1996.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVIER, Martins; PURA. L; **Didática Teórica e Didática Prática; Para Alem do Confronto.** 4º edição; São Paulo. Brasil. Edição Loyola; 1995 181 p.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 126 p.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Diniz, 2012/2013.

RABELO.Edmar Henrique. AVALIAÇÃO: Mudando Paradigmas – série e ciclo. Belo Horizonte:Universidade Federal de Minas Gerais

SANT' ANNA, Ziza Martins. **Porque Avaliação? Porque Avaliar? Critérios e Instrumentos;** 8º edição; Petrópolis; RJ; Vozes; 1995; 137; p.

ANEXO

escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TURMA 03

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. VIRIATO MASCARENHAS GONZAGA CURVELO – MG

ADRIANA CASSIA IRENO

JANETE PEREIRA DE BRITO

LAILA ANDRADE FRANCO DE MORAES

ROSÂNGELA MIRANDA FONSECA

SÔNIA MARIA LIGÓRIO BATISTA

Belo Horizonte

2013

PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL DR. VIRIATO MASCARENHAS GONZAGA
CURVELO – MG

Atividade Avaliativa apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Escolar da Faculdade de Educação/UFMG, desenvolvidana Sala Ambiente Projeto Vivencial.

Professora Assistente: Micheli Feital

Belo Horizonte

2013

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO **3**
2- FINALIDADES DA EDUCAÇÃO **5**
3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL **9**
4 – CURRÍCULO ..... Erro! Indicador não definido.
5 – PROCESSO DE DECISÃO **19**
6 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES ..... Erro! Indicador não definido.
7 – RELAÇÕES DE TRABALHO **21**
8 – AVALIAÇÃO **23**
9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS **26**
10 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **29**

INTRODUÇÃO

A compreensão do desenvolvimento democrático da escola vem proporcionar a dimensão política do projeto pedagógico. Assim, o planejamento na escola é um processo permanente que envolve a elaboração e reelaboração constante do planejar através de atividades de avaliação do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico.

E o que vem a ser para a escola este projeto? Antes de falar na importância do projeto, não podemos deixar de salientar o planejar. Afinal, planejar é um processo político pedagógico que implica diagnosticar uma situação e tomar decisões em função de um determinado fim.

A criação do Projeto Político-Pedagógico é de muita importância para as escolas a partir do gestor e todos os envolvidos no processo educacional. Acredita-se que o PPP deve ser elaborado no pressuposto de uma gestão democrática para garantir o bom funcionamento e direcionamento das instituições.

Na concepção de um projeto de escola pública, gratuita e de qualidade o Projeto Pedagógico tem sido apontado como um instrumento pedagógico e político de mudança. Todos da escola devem ajudar na construção do PPP a fim de definir a filosofia, as diretrizes, as metas e os fins da ação pedagógica para a formação de sujeitos capazes de intervirem e transformarem a realidade.

O projeto político pedagógico, se deve, usando as palavras de Veiga (1997), “ser o documento mais intencional que norteia os objetivos pedagógicos e políticos da escola, para a formação de um tipo de sociedade e de cidadão”.

Este Projeto foi criado para que profissionais e todos envolvidos no trabalho educacional da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC sejam capazes de colher frutos próprios de uma educação de qualidade, ou seja, viva, dinâmica e eficaz.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC funciona em prédio próprio e é mantida e integrada à rede pública municipal de Curvelo/MG, sediada Rua Costa Rica, 320 – Bela Vista; zona urbana, inscrita no CNPJ sob o número 02.060.673/0001-62.

Para compreender melhor o histórico da escola é necessário conhecer como foi sua construção e sua relação com a história brasileira. No biênio de 1993/94 a filosofia da atenção integral foi intensamente difundida em todo o Brasil com a criação de um programa nacional (PRONAICA) que deu consistência aos Centros de Atenção Integral a Criança e Adolescente (CAICs) e em Minas Gerais foram construídos 72 unidades sendo que Curvelo foi comtemplado com o CAIC.Em 1995 com a extinção do PRONAICA alguns CAICs deram continuidade com o Projeto Político Pedagógico.

Aberto anualmente ou quando houver necessidades às modificações, este documento vem sendo reconstruído também nos desejos e conhecimentos das alunas do Curso de pós-graduação em Gestão Escolar oferecido pela UFMG. Afinal, ao explicitar seu Projeto Político Pedagógico, a escola precisa pensar sobre o que pretende alcançar, do ponto de vista político e pedagógico tendo como norteadores de suas ações os princípios éticos, políticos, estéticos.

Princípios estes que norteiam todas as ações administrativas, pedagógicas, financeiras e jurídicas da escola. Tem por fundamento básico as metas de trabalho e os projetos pedagógicos, para que a comunidade escolar assimile ativamente os conhecimentos e adquiram convicções de solidariedade, respeito e igualdade entre os seres humanos, assim como hábitos de convivência. As metas levantadas nascem do movimento de ação/reflexão/ação que estão em constante construção.

O Projeto Político é um trabalho construído e vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos no processo educacional, expressa a visão, a missão e os objetivos da instituição.

Destaca-se que o PPP deve objetivar e legitimar o pressuposto de que todos podem aprender. Assim, o ensino aprendizagem nesta instituição assume um desafio neste PPP que é levar em conta as diferenças individuais do aluno respeitando os ritmos e as características de cada um.

FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBBEN 9394/96 em seu segundo artigo define as finalidades da educação: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, a escola desenvolve um trabalho consciente buscando sempre a interação entre o indivíduo e o meio em que vive, assegurando aos alunos uma aprendizagem significativa e de qualidade, desenvolvendo uma postura ética, crítica e cidadã do aluno. Tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir nos estudos posteriores.

Por isso, a escola tem como objetivo geral dentro de suas finalidades: desenvolver uma Educação de qualidade em cada modalidade, assegurando aos educandos meios necessários para a consolidação das competências em cada série\ano de estudo, garantindo a todos a igualdade de condições para o acesso, permanência e o direito de aprender na escola; engajado em um Projeto Político compartilhado e bem planejado. Afinal,

> *O Projeto Político-Pedagógico da Escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de reprovação e com uma educação elitista e, de outro lado compromisso com a aprendizagem do aluno e com a educação de qualidade para todos os cidadãos. (CEE, Parecer 1.132/97)*

Portanto, a escola busca atentamente os seguintes objetivos específicos: desenvolver um trabalho consciente e transparente nas dimensões: pedagógicas, financeira e administrativa; possibilitar a todos (alunos, professores, direção, funcionários e comunidade escolar) uma visão crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; promover a organização e funcionamento da escola para atingir a educação desejada; assegurar aos alunos uma aprendizagem significativa e de qualidade; desenvolver os conteúdos por meio de atividades, situações e vivências diversificadas que privilegiem a construção, reconstrução e

transformação do conhecimento de forma criativa, o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, incluindo a capacidade de analisar e solucionar problemas; assegurar e implementar o Plano de Intervenção Pedagógica; saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos; acolher as diferenças étnicas culturais, linguísticas e sociais, ampliando as possibilidades de convivência por meio do respeito e da solidariedade; promover a recuperação paralela e bimestral sempre que detectar o não aprendizado do aluno; melhorar cada vez mais de forma significativa o nível de aprendizagem dos alunos em todos os conteúdos; assegurar domínio do conteúdo básico de aprendizagens conceituais, procedimentais e atitudinais; integrar escola\família\comunidade; realizar eventos culturais contribuindo para a formação cultural dos alunos e da comunidade escolar; melhorar a leitura, linguagem oral, interpretação, produção de texto e raciocínio lógico matemático; promover o fortalecimento dos vínculos de família de laços de solidariedade humana e tolerância recíproca.

Para contribuir para a vida social; capacitar de forma contínua os professores assegurando-lhes uma prática pedagógica que promova a aprendizagem dos alunos; usar da autonomia para o sucesso do trabalho e crescimento da instituição escolar sem ferir as leis; aplicar os recursos financeiros advindos do PDDE com transparência para o desenvolvimento do aluno; assegurar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; desenvolver no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas disciplinas de artes, literatura e História do Brasil, o estudo da “Cultura Afro-Brasileira”; garantir o padrão de qualidade da escola; promover e garantir autonomia (pedagógica, administrativa, financeira, e jurídica), buscando articular a construção dos projetos pedagógicos sintonizados com a realidade e as necessidades locais sem ferir as leis; promover a inclusão de acordo com a legislação, além de ampliar espaços e tempos pedagógicos diferenciados (sala de AEE) sinalizando a importância de atender as diferentes demandas, sempre que justificar sua necessidade; oferecer aos alunos em projetos extras turno situações diversificadas de ensino-aprendizagem no sentido de superar as dificuldades apresentadas em sala de aula. propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir

para o desenvolvimento das capacidades infantis, como apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, estéticas e éticas.
Acesso somente à escola não é inclusão mas sim a permanência, a convivência plural. Um país preparado democraticamente agora, no futuro será um país sem exclusão social. Uma escola inclusiva é aquela que não será negado o direito de permanecer e todos os que fazem parte dela estarão em condições de viver e conviver com as diferenças. Assim, esta é a prática e a soberania do PPP: incluir e resgatar o tempo e o espaço da escola.

A gestão democrática implica na efetivação de novos processos de organização fundamentados em uma dinâmica que favoreça o empenho de esforços coletivos e participativos de decisão. De acordo com Paro (2001), a participação deveria se constituir em uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos integrantes da comunidade escolar (diretor, pedagogo, professores, funcionários diversos, alunos, pais e representantes da comunidade local) imbuídos de um mesmo propósito, ou seja, o de entender a participação na escola como um processo a ser construído coletivamente e com liberdade e não sob pressão formal/legal, autoritária ou arbitrária.

Nesta perspectiva, a participação da Escola Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga pode ser entendida como um processo dinâmico através das quais várias possibilidades de organização germinam. A possibilidade de organização contemple desde a limitada participação até a efetivação de processos que busquem fazer com que os diferentes segmentos da comunidade escolar compartilham a tomada de decisões e mesmo ações por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar. Porém, cabe lembrar que alguns processos chamados participativos ainda não garantem o compartilhamento das decisões e do poder, sendo o discurso, por vezes, uma configuração do mecanismo legitimador de decisões já tomadas centralmente.

A política da gestão democrática, implantada no sistema de ensino com a Constituição de 1988, reforçou pouco a pouco o discurso de que a escola pública pertence ao setor público. Desse modo determinou-se legalmente a implementação de um trabalho pedagógico articulado, com o objetivo de tornar possível a

elaboração de um projeto educacional que vincule projetos pessoais dos educadores a um projeto mais amplo e que envolva o fazer individual e o coletivo.

Estimular a articulação entre programas de pós graduação strido Sensu e curso de formação de professores de modo a garantir a construção de um currículo capaz de incorporar o avanço desejado na educação de nossa escola. Oferecendo atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estimular as habilidades através das oficinas de arte plástica, cênica, esportiva e tecnológicas

.

Proporcionar também uma rede de proteção e informação contra qualquer forma de exclusão ou evasão por parte de todos na escola.

Devemos proporcionar tecnologias educacionais para a alfabetização de todos os alunos, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas bem como um acompanhamento de resultados, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, considerando as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

Outro aspecto importante considerado pela Escola como função social e humanística, é trabalhar e vivenciar com os alunos os valores e atitudes indispensáveis à formação da cidadania e ao seu desenvolvimento integral, tais como solidariedade, cooperação e respeito. Para isso, adotam-se estratégias, para motivar a participação e colocar em prática concretamente seus planos, com a implementação de mecanismos de participação do aluno na escola através de espaços de organização de estudantes, promoção de reuniões periódicas, festas, competições esportivas, gincanas, eventos culturais, tendo em vista a apreensão significativa dos valores e objetivando, em primeiro lugar, o fornecimento de uma educação de qualidade, transformando as metas em ações.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nestes novos tempos é preciso exigir um novo tipo de direção, sem a qual as escolas não conseguirão cumprir o papel que a sociedade espera delas.

> *A flexibilidade é necessária não só em função das grandes transformações do mundo de hoje, mas principalmente porque essas mudanças se acentuarão em escopo, velocidade e complexidade. (MOTTA, 2009, p. 45)*

Acredita-se que o papel da gestão democrática só poderá ser desempenhado se a escola puder contar com profissionais efetivamente competentes, entre os quais sobressai o diretor. O diretor competente, sob o ponto de vista humano, trabalha para criar um clima organizacional que favoreça a concretização do projeto educativo, razão de ser da existência da escola.

Afinal, a tarefa hoje é discutir democracia e aplicá-la. É discutir como a escola se insere em nossa sociedade pluralista e heterogênea, sem buscar uma homogeneidade castradora e impositiva. Compete aos educadores, pedagogos e políticos reformarem a escola, dentro de um processo geral de transformação, fazer com que a escola descortine caminhos e possibilitem opções aos educandos e a sociedade.

Mas, somente será possível se a própria comunidade escolar se auto-identificar nas formas de pensar, de ser, de se relacionar entre si, consigo e o poder. A escola só será, ou é democrática aquela que é aberta a toda comunidade e que não apenas ensina caminhos, mas ensina meios de se encontrar caminhos.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC atende o Centro de Educação Infantil (Creche: 1ano e 8 meses a 3 anos e Educação Infantil: 4 a 5 anos) Portaria Ato nº 03/2009, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA, tendo como amparo legal a Resolução nº 5, de 12/2009 e Resolução 2197/12.

O nome da escola é uma homenagem ao Engenheiro e Professor Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga nascido em 12 de novembro de 1910. O espaço físico é bastante considerado e bastante amplo e bem distribuído. Há blocos com salas de aulas, biblioteca, salas de vídeo e informático, refeitório, cozinha, sala de professores, sanitários e secretaria.

A escola atende uma clientela heterogênea, onde a maioria das famílias é diversificada tanto em questões sociais quanto ao nível de escolaridade, atuando em várias áreas com parcerias entre a iniciativa pública e privada. Através da sala de recursos da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga – CAIC, atende aproximadamente 15 crianças com diferentes deficiências,

Na escola a indagação deve ser contínua. Que concepções de diversidade refletem nosso trabalho, as nossas práticas escolares e nossas relações com o outro (aluno, família, profissionais da escola)? São essas indagações que auxiliaram a escola a transformar numa escola inclusiva

Quadro 1- Números de alunos dos Anos Iniciais e Ed. Infantil de E.F. da Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC

Quantitativo de alunos no Ensino Fundamental da E M Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga	
1º anos	372
2º anos	169
3º anos	259
4º anos	195
5º anos	155
Creche/Educação Infantil	250
Total	1400

O quadro funcional é constituído de 21 auxiliares de serviços, 12 funcionários, 60 professores, 7 especialistas em educação, vice-diretora e diretora efetivos e contratados que possuem desde o ensino fundamental incompleto a cursos de pós-graduação. Os professores e demais funcionários se atualizam quando são oferecidos cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Plataforma Freire, Universidade Aberta do Brasil e ou buscam por interesse próprio. A

rotatividade do professor durante o ano é gerada por licença para tratamento de saúde, gestação e férias-prêmio.

A diretora, auxiliada pelas supervisoras pedagógicas e demais componentes administrativos, coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, respeitando as leis vigentes e atendendo determinações da Secretaria Municipal de Ensino e órgãos superiores. Segundo o Guia do Diretor Escolar SEE/MG "O diretor, na perspectiva democrática, não é o líder que conduz seus liderados numa relação sempre de concessão e de subordinação", mas ao contrário, promove suas ações, exercita sua função na direção da construção de instâncias democráticas de deliberação (como conselhos escolares, grêmios estudantis e outros).

A supervisora pedagógica supervisiona, acompanha, assessora, avalia as atividades pedagógicas. Conforme o Guia dos Especialistas da Educação Básica é de sua "competência também coordenar e articular a implementação e a efetivação da prática que estão presentes no Projeto Político-Pedagógico." Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas e ainda, cuidar do ambiente de trabalho, no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor e manter relacionamento com os pais e a comunidade escolar, no que diz respeito ao funcionamento pedagógico. Para MEDINA, "*o supervisor tem como objeto de trabalho a produção do professor – o aprender do aluno – e preocupa –se de como especial com a qualidade dessa produção".* (1997. p. 31).

Os técnico-administrativos, secretária escolar, auxiliar de biblioteca, auxiliares de serviço asseguram o atendimento das funções e dos objetivos da escola. A Secretária Escolar cuida da documentação, escrituração, dos docentes, demais funcionários e dos alunos e correspondência interna e externa da escola. Responde também pelo atendimento ao público.

O auxiliar de biblioteca responde pelo planejamento, organização e atendimento ao usuário. Colabora no atendimento ao educando em suas demandas de pesquisa e estudo, orientando-os na localização e uso de materiais bibliográficos e audiovisuais; responde ainda pelos multimeios, que compreende a biblioteca, videoteca, os equipamentos audiovisuais e outros recursos didáticos. Os auxiliares de serviço

cuidam da manutenção, conservação e limpeza do prédio; da guarda das dependências, instalações e equipamentos; da cozinha e da preparação e distribuição da merenda escolar; da execução de pequenos consertos e outros serviços rotineiros da escola.

O Corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário todas as disciplinas formam, junto com a direção e especialista, a equipe escolar. Além do seu papel específico de docência das disciplinas, os professores também têm responsabilidades de participar das reuniões pedagógicas semanais, realização das atividades da escola e decisões do Conselho Escolar e de classe, das reuniões com os pais e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da comunidade. A professora de apoio atende as crianças com diferentes deficiências e faz acompanhamento familiar através de entrevistas e relatórios mensais

Para realizar um ensino de qualidade e cumprir suas finalidades, a organização e a participação efetiva da comunidade escolar é preponderante para a Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga, que também acredita que a gestão democrática e participativa traz soluções mais “fortes” e com visão abrangente, desenvolve o espírito de equipe e cooperação e reduz conflitos decorrentes de decisões tomadas.

Nessa concepção, Libâneo (2013, p.7) enfatiza a importância de uma estrutura organizada da escola para se atingir os resultados pretendidos:

> *De fato, a organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, isto é, à racionalização do trabalho e à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos, físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador, as relações humano-interacionais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar. Tudo em função de atingir os objetivos. Ou seja, como toda instituição as escolas buscam resultados, o que implica uma ação racional, estruturada e coordenada. Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados e de ações coordenadas e controladas dos agentes do processo. (LIBÂNEO, 2013, p.7).*

Por fim, a Escola aposta na construção coletiva dos objetivos e seu funcionamento por meio do diálogo, do consenso.

CURRICULO

A escola é o espaço de construção coletiva que recria a cultura herdada reconstruindo-se as identidades culturais em que se aprende a valorizar as próprias raízes. Neste contexto, o currículo é constituído pelas experiências escolares que vão se desdobrar em torno do conhecimento permeado pelas relações sociais articuladas a vivências, saberes e conhecimentos acumulados contribuindo para construir as identidades.

> *O currículo constrói identidade e subjetividade: junto com os conteúdos das disciplinas escolares, e também se adquirem na escola percepções, disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam personalidades (SANTOS; PARAISO, 1996, p. 37).*

Propõe aos alunos a consolidação das habilidades e competências necessárias através de estratégias voltadas para a melhoria educacional e a formação humana, garantindo além dos processos cognitivos. Para a escola é essencial desenvolver atividades que os aspectos relacionados a afetividade com formação da cidadania, com a ética, com todas as dimensões do ser humano.

Nessa perspectiva de currículo os conteúdos devem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar utilizando todos os recursos disponíveis na escola e no seu entorno aliando-se as mídias assegurando assim o progresso contínuo dos educandos. O processo de avaliação deverá ser uma ação redimensionadora da prática pedagógica assumindo um caráter formativo, processual, participativo e contínuo prevalecendo sempre os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

> *A seleção consciente do que devemos ensinar é o primeiro passo a ser dado para a construção de uma aprendizagem significativa na escola, em decorrência dessa tomada de posição em relação ao que é realmente importante, e que podemos organizar nosso tempo na sala de aula e definir o que iremos avaliar e as formas que adotaremos para avaliar. (LEAL, 2003, p. 20)*

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica é oferecida em creches e educação infantil, se caracteriza como espaços institucionais que constituem estabelecimentos educacionais públicos que educam e cuidam regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos a controle social. As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I – promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II – favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III – possibilitem as crianças experiências de narrativas de apreciação e interação com a linguagem oral descrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV – recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V – ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI – possibilitem situações de aprendizagem mediadas para elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização saúde e bem-estar;

VII – possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII – incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX – promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia dança, teatro, poesia e literatura;

X – promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI – propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

Parágrafo único – As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Na transição para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

No início do ano letivo, reúnem-se todos os docentes, a coordenação pedagógica juntamente com a direção para selecionar os descritores que serão trabalhados no durante o corrente ano. Estes descritores são retirados das Diretrizes Curriculares de 1º ao 5º Ano.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga – CAIC desenvolve projetos de leitura na biblioteca e na sala de aula os professores desenvolvem seus subprojetos de acordo com o desempenho da turma com jogos, desafios e situações problemas.

A equipe de direção e especialistas é responsável pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, promovendo a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, social e política. Também desenvolve e cria métodos de análise para detectar a realidade e daí gerar estratégias para a ação escolar, trabalhando em consenso com os professores e educandos, numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica. Ajuda os professores na produção de materiais

didáticos, nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, nos programas curriculares, no processo de avaliação e recuperação paralela dos educandos, na descrição de objetivos educacionais e no próprio desempenho do professor.

O planejamento curricular constitui instrumento importante e necessário como referencial para a condução da atividade escolar.

> *O planejamento escolar nos três níveis pedagógico curricular e do ensino deveria ser uma ação coletiva da escola e dos grupos de professores, organizados no geral e pelas suas áreas específicas de trabalho, uma instituição escolar terá de organizar-se para que os educadores possam ter um caminho relativamente claro e coerente para guiar-se nos seus processos de aprendizagem em educação. (LUCKESI, 1997. p. 47)*

Dessa forma o planejamento nunca será neutro, mas dotado de significado. Planejamento e avaliação são práticas indissociáveis. O planejamento do currículo dimensiona o que vai construir e a avaliação subsidia essa construção porque fundamenta novas decisões.

> *Quando se planeja as ações para atingir alvo e metas precisa-se estas metas e alvos estão sendo atingidos e a avaliação te da a visão da complexidade e melhores estratégicas de ação e instrumentos adequados para conduzir a situação e alcançar os objetivos do planejamento. (GUEDES, 1978, p. 14)*

A participação de todos os profissionais da área educacional e no planejamento educacional, curricular e de ensino levando em conta o interesse e a realidade dos alunos. O planejamento desta forma assume sua dimensão não só política, mas social, psicológica cultural subsidiada por uma avaliação, significativa, informativa e cumpre o verdadeiro significado, assumindo sua função orientadora do processo ensino aprendizagem. Evita a fragmentação do processo avaliativo e também do próprio planejamento que não se torna neutro.

> *Quando cumpre a educação sua função integrativa, busca tornar as pessoas semelhantes em idéias, valores, linguagem, ajustamento intelectual e social. Unifica e da coesão ao grupo. Em função diferenciada, no entanto, visam a salientar as diferenças individuais, preparar as pessoas segundo suas competências particulares, formando-as para profissões e atividades específicas. (SANT'ANNA, 1995, p. 37)*

A educação como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de se ajustar e adaptar-se as reais necessidades do indivíduo não importando as diferenças de quaisquer tipos e que aceitem e respeitem cada indivíduo na sua individualidade específica.

PROCESSO DE DECISÃO

A Prefeitura Municipal de Curvelo é responsável pela infraestrutura e Gestão Financeira. O recurso do PDDE é uma verba que advém do governo federal, repasse este que é aplicado em alguns materiais permanentes e materiais para o aluno do Ensino Fundamental. Esse recurso passa pela análise e aprovação do Conselho do Caixa Escolar.

Quanto à Comunidade Escolar, já sabemos da sua força, do quanto é útil e imprescindível a sua ação no interior da Escola.

Para alguns pesquisadores, a participação das famílias na Escola não resulta apenas em possibilidades de consolidar a democracia na Escola. Para eles, a participação é um espaço que possibilita aos sujeitos a construção sua autonomia e o exercício da liberdade. A esse respeito, diz-nos Gagotti (1.994, p.42)" a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. Além da formação da cidadania, a participação também é apontada como instrumento de formação de familiares do aluno.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola deve constituir-se em um espaço das diferenças e pluralidade, cuja meta é a de se fundamentar em um princípio educativo emancipador, pois acredita-se que tendo um ambiente acolhedor a aprendizagem fluirá melhor.

A escola elabora o Plano de Intervenção Pedagógico a partir dos resultados das avaliações internas e externas, devendo ser coerente com Projeto Pedagógico da Escola. Sendo instrumento fundamental para garantir melhor aprendizagem dos alunos e o cumprimento das metas da escola.

A escola deve recorrer aos gráficos do perfil do desenvolvimento escolar, Boletim do PROALFA e do PROEB com o uso dos seguintes recursos:

- Sala de reforço, atendimento a pequenos grupos de alunos de forma sistematizada, com acompanhamento individual levando em conta o processo de aprendizagem de cada aluno; em horário extra turno
- Atendimento aos alunos em turmas de Projeto extra turno (Oficina Arte de Criança do Caic) onde atendemos crianças e desenvolvemos práticas de Basquete, Capoeira, Dança, Arte Cênica e Futsal.
- Utilização da Biblioteca com o espaço dinâmico de leitura.

Uso do laboratório de informática para contribuir com informação e a utilização de novos recursos tecnológicos que irão facilitar o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos para sanar as dificuldades de aprendizagem.

Todas estas atividades são realizadas para o desenvolvimento do aluno como cidadão autônomo e capaz de realizar diferentes saberes através de diferentes tempos e espaços valorizados pela escola e comunidade.

RELAÇÕES DE TRABALHO

A nova gestão administrativa deve oportunizar a participação de toda a comunidade educativa. O papel do gestor não é só do diretor de uma escola; ele envolve todo o corpo docente e funcionários.

As mudanças na educação para surtirem efeitos práticos precisam estar estabelecidas em lei. A primeira lei é a própria Constituição Federal de l988. Um dos principais avanços estabelecidos pela Constituição foi a garantia da gestão democrática no ensino público (capítulo III, seção I, artigo 206 IV), que viabilizou a adoção de critérios para a participação da população no processo educacional dentro das escolas.

A segunda lei que veio dar impulso às mudanças na educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, conhecida também por Lei Darcy Ribeiro. Essa Lei aprovada em 1996 complementa a Constituição, confirmando um de seus principais pontos, o estabelecimento da gestão democrática no sistema educacional.

A escola busca assegurar o bom desempenho de todos os profissionais, promovendo ambientes favoráveis, estabelecendo relações de trabalho envolventes, considerando as experiências de cada um, de forma a contribuir para o processo de descentralização, onde todos se sintam co-responsáveis pela qualidade da educação que desejamos.

Considerando a relação professor/aluno destacamos que o professor é o mediador que conduz a construção do conhecimento. O aluno é um ser em formação que está buscando o seu espaço na sociedade e precisa de mediação e auxílio do professor para a construção dos seus conhecimentos. A tarefa de educar e de cuidar reflete-se na relação professor, aluno, conhecimento, vida e movimento traduzindo-se num ato de reconstrução da prática pedagógica.

Uma gestão administrativa eficiente deve considerar também a condição social e ambiental do aluno, para que ele consiga vivenciar o aprendizado, correlacionando o

que aprende com sua vivência cotidiana. Outro ponto importante e a eleição democrática de diretores e formação de conselhos escolares.

Alguns pontos importantes para uma gestão administrativa eficiente: eleição de diretores; constituição de conselhos escolares formados por diversos segmentos (pais, professores, alunos e funcionários); descentralização financeira; transparência nas suas ações; planejamento participativo a fim de encontrar falhas na aprendizagem e buscar soluções; definição de objetivos e metas, execução e avaliação; desenvolvimento de projetos específicos de interesse da comunidade escolar; como feiras de ciências, peças de teatro; busca de parceiros fora dos muros da escola.

Assim sendo, os profissionais da escola esforçam-se para alcançar uma sintonia de trabalho, pretendendo ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada dos setores atuantes na escola. Dessa forma, buscam fortalecer as relações de reciprocidade e de colaboração entre as diversas áreas através da cooperação mútua e permanente, de modo a favorecer o trabalho diário.

Os professores, direção e equipe pedagógica buscam conhecer, respeitar e aproveitar a bagagem cultural do aluno, suas aspirações, seus valores, crenças, conhecimentos e sua linguagem, buscando construir a prática pedagógica a partir destas referências.

AVALIAÇÃO

Durante o bimestre são utilizados vários instrumentos de avaliação: debates, pesquisas, provas escritas, observações. E ao final do bimestre é feita a análise dos descritores consolidados e são selecionados novos descritores para o próximo bimestre e/ ou repete os descritores não-consolidados e são apontadas novas estratégias.

> *Avaliar significa emitir um juízo de valor a realidade que se questiona seja a propósito da exigência de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas conseqüências. (PCNs, 1997, p. 86)*

Epistemologicamente, a avaliação não existe por si, mas para a anuidade a qual serve, ganha conotações filosóficas políticas e técnicas da atividade que subsidia. A avaliação na aprendizagem da escola vem sendo praticada com certa independência do processo ensino aprendizagem e da própria relação pedagógica professor-aluno que se tornou antidemocrática.

De conformidade com a legislação vigente a escola deverá promover a avaliação da aprendizagem dos alunos de forma conjunta entre professores e equipe pedagógica, sendo esta parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, a saber:

I. Assumir um caráter processual, formativo e participativo;
II. Ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
III. Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
IV. Fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
V. Assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
VI. Prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
VII. Assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

VIII. Possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade.

Na avaliação aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portifólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informação sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

A Escola Municipal Dr. Viriato Mascarenhas Gonzaga - CAIC oferece aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre, a saber:

I. Estudos de recuperação paralela, ao longo do processo de ensino aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula. Este trabalho acontece semanalmente com intuito de diagnosticar e sanar as dificuldades encontradas.

II. Estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre para os 3º e 5º anos, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período.

    Esta avaliação terá a valor de (25,0 pontos) e será aplicada para o aluno que não alcançar a média proposta (13,0 pontos), após o fechamento do bimestre. Sendo que, se o resultado obtido estiver compreendido entre 0 e 12,0 pontos, registra-se exatamente a nota que for maior, alcançada pelo aluno. Se a nota compreender de 13,0 a 25,0 pontos, registra-se a média (13,0 pontos).

    A avaliação de recuperação ficará arquivada na escola.

III. A escola deve garantir, no ano em curso, estratégias intervenção pedagógica, para atendimento dos alunos que, após todas as ações de ensino-aprendizagem e oportunidades que ainda apresentarem deficiências em

capacidades ou habilidades no (s) Componente(s) Curricular(es) do ano interior.

IV. Avaliação final para os alunos que não conseguirem o mínimo de 50 pontos para aprovação. O período será previsto no calendário escolar com estudos presenciais compreendido no valor de 100,0 pontos divididos em: 80 pontos de avaliação e um trabalho no valor de 20 pontos.

A escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis.

Na classificação a escola irá posicionar o aluno em anos compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento. A classificação do aluno acontece em qualquer ano, semestral ou bimestral.

A descrição do processo de classificação e reclassificação está regimentado de acordo com a Legislação em vigente; fazendo parte do regime escolar.

A avaliação deve ser de forma a redimensionar a ação pedagógica e deve assumir um caráter formativo, processual, participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica. Tendo em vista a utilização de vários instrumentos e procedimentos, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos permitindo ao professor orientar e organizar a prática educativa em função dos alunos e assim, prepará-los também para as avaliações externas. Os alunos nas últimas avaliações externas estão apresentando um bom desempenho, elevando a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Na análise dos resultados das avaliações externas a maioria dos alunos está no nível intermediário para o recomendável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é, do ponto de vista antropológico, um espaço privilegiado da comunicação humana, onde são socializados os saberes e fazeres. Assim, percebe-se na realização deste trabalho que a escola tem um papel importante demais no desenvolvimento do indivíduo.

Assim toda ação escolar deve está vinculada ao objetivo que se pretende alcançar sendo com isto eficiente na utilização de recursos e na tomada de decisões que norteiam a sua existência. O Projeto Político Pedagógico deve ser inovador, participativo, cooperativo, criativo e envolver toda a equipe escolar e a comunidade onde está inserido para suas diretrizes nortear e atender as reais necessidades do aluno e de sua comunidade.

O administrador deve ser o condutor de todo o processo educacional e ter uma presença de liderança, autoridade e legitimidade. Toda a equipe escolar – professores, alunos e funcionários – deve formar um time e persistir na busca de bons resultados, acreditarem na força da democracia e se basear nas expectativas dos alunos para ter apoio de toda a comunidade nas resoluções dos problemas que poderão vir a surgir.

Enfim, um passo importante para se alcançar um sucesso escolar é a firmação de uma trindade: escola-família-comunidade e seu compromisso de se sentirem responsáveis e parceiros do processo educacional.

Com este Projeto Político Pedagógico pretendeu-se mostrar através de pesquisa e leituras, que a avaliação é uma realidade e uma exigência para o melhor desenvolvimento do planejamento; como forma de repensar a prática no contexto ensino-aprendizagem.

E neste enfoque da concepção de ensino-aprendizagem, da relação pedagógica que se estabelece, das orientações da prática educativa e do entendimento da função avaliativa no processo de ensino, que se torna possível delinear procedimentos de avaliação capazes de informar sobre os processos de aprendizagem que ocorrem na trajetória da escolaridade do aluno.

Portanto, através deste trabalho percebe-se que o clima de uma escola que valoriza a democracia não pode ficar distante da participação do grupo e esta participação deve ser de caráter ativo, efetivo e consultivo.

Uma participação ativa, efetiva e consultiva não diminui a elaboração de políticas e tomadas de decisões feitas no poder, com diferentes níveis hierárquicos, porém é permitida uma participação de todos os níveis organizacionais, de forma horizontal, fortalecendo a gestão, incentivando a participação e elaboração de projetos por todos os envolvidos, atores internos e externos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Ensino Supletivo e Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação**,** Brasília, 1974.

BRASIL; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução.** Brasília. MEC/ SEF. 1997. 126p.

CASTRO, Elza Vidal; MATOS, Maria do Carmo. **Reflexões sobre a prática pedagógica/Secretaria de Estado da Educação**. Belo Horizonte, SEE/MG, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **A Educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir e José E. Romão (orgs.). **Educação de Jovem e Adultos - Teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. Campinas: Papirus, 1985.

_____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1992.

_____. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1983.

GRAMSCI A. **Os intelectuais e a organização da Cultura**, 3° ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 1979.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação. Mito & desafio**. Uma perspectiva construtiva. 4ª ed. São Paulo, educação e realidade, 1995.

LEAL, T.F. **Intencionalida da avaliação na língua portuguesa**. Porto Alegre ed. Mediação, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: velhos e novos temas. Goiânia: Edição do Autor, 2002.

_____. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1997, 179 p.

MEDINA, Antonia da Silva. Supervisor Escolar: Parceiro Político- Pedagógico do Professor. In: SILVA JUNIOR, Celestino Alves da & RANGEL , Mary (Orgs.) **Nove Olhares sobre a Supervisão**. Campinas, SP, Papirus, 1997.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar - Critérios e Instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 137 p.

SANTOS, Lucíola P; PARAISO, Marluce A; **O Currículo como Campo de Luta**; In. Presença Pedagógica; n° 7; 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação e***scolar.* São Paulo: Libertad, 1994.